

A formação utilitária e o caráter humanístico

Ciências humanas são relegadas a segundo plano e abrem espaço para ciências da produção

MILTON SANTOS

Entre os chavões repetidos no debate brasileiro sobre a crise da universidade compõem-se os números relativos ao ensino público e ao ensino privado: quantidade de doutores e pessoal qualificado, volume de pesquisas, número de publicações, etc. Essas estatísticas atestariam um divórcio de objetivos e interesses, uma situação dual. As faculdades escoradas no dinheiro público buscariam (com resultados diferenciados) a produção do conhecimento, uma produção crítica, enquanto as faculdades particulares, salvo exceções honrosas, se contentariam, sem crítica, com a difusão do saber alheio, em condições frequentemente precárias. Muito se fala, também, do caráter mercantil destas últimas, para melhor caracterizar a natureza de sua atividade.

Uma outra vertente do mesmo debate vem da pecha que uma conhecida propaganda negativa faz pesar sobre a universidade pública. Através dos seus centros de excelência, elas produzem conhecimento superior e fornecem um ensino respeitável, mas são apontadas como dispendiosas (apesar dos baixos salários de professores e funcionários) e acusadas de açambarcar os recursos que deveriam ser encaminhados ao ensino básico. E como acolhem uma pesada maioria de jovens oriundos

de classes sociais abastadas e médias, são consideradas antidemocráticas, pois vedam o acesso aos mais pobres. Por exemplo: basta um passeio pelas principais universidades brasileiras, para constatar como, nelas, os negros são ausentes.

Nessas duas vertentes, números e porcentagens tomam a frente da discussão, impondo uma visão estatisticamente deslumbrante, mas incapaz de atingir o verdadeiro cerne da questão. A forma como o debate é encaminhado ao público é pobre, sobretudo porque propõe dilemas: o ensino público versus o ensino privado; o ensino gratuito versus o ensino pago. A universidade pública representaria o primeiro dos termos e a universidade privada o segundo.

O problema é mais complexo. E uma outra pergunta poderia ser feita: ainda é genuinamente pública a universidade pública? Ou ela já se vem privatizando há algum tempo? Que áreas se privatizam e que outras não cedem?

Cresce o divórcio, sobretudo nas mais importantes universidades públicas, entre um setor mais preocupado com um ensino e uma pesquisa orientados ao bem privado, setor acadêmico próspero, protegido e festejado, e um setor mais preocupado com o bem público, cada vez mais pobre e mal equipado. A constituição de duas ordens de valorização do trabalho acadêmico é estimulada não raro pela própria administração universitária,

até mesmo com a admissão de uma escala salarial que pode, nos dois casos, variar do simples ao dobro.

Ora, em nenhum momento o trabalho dos chamados "homens de ciência" foi mais merecedor de uma crítica permanente. O caráter global da produção e das técnicas também globaliza a prática das ciências, mormente as "duras". Por isso é frequente que estas renunciem a avaliar eticamente e cientificamente os seus parâmetros, deslumbradas, em regra geral, com a demanda solvável do mercado global e a recompensa intelectual internacional que recolhem de uma atividade acorrentada. A crítica a essa perversão vem às vezes de dentro, também em termos epistemológicos. Em termos de interesse social, vem de dentro e de fora, por exemplo quando os

cientistas sociais apontam os perigos de uma ciência mal orientada e eticamente descomprometida.

Nesse particular, o trabalho de historiadores e filósofos da ciência é inestimável. Mas em nossa universidade essa área é pouco desenvolvida, mantida em quarentena no seu canto, praticamente não havendo intercâmbio eficaz com o resto dos cole-

gas. Mas, de um modo geral, quanto às ciências humanas, elas deveriam urgentemente renovar-se, para incluir as realidades do presente — a começar pela ciência e a técnica — entre os materiais necessários a sua reconstrução. Sem isso, sua crítica será ideológica e ineficaz. É tempo de retomar as discussões fundamentais sobre a universidade, a produção do saber, a vigência do bem público e os interesses centrais da nação. Pode a universidade pública abandonar esse ideário?

A universidade nasceu e se desenvolveu buscando atingir o ideal de universalidade. Mas a globalização impôs-lhe um paradoxo. Justamente agora, quando a universalidade idealizada por filósofos de todos os tempos se torna concreta pelas mãos do progresso técnico, a universidade tende a abandonar o seu caráter universal, humanista, para se tornar instrumental. É que, por enquanto, a globalização está se dando pelo mercado e a seu serviço. Daí a expansão da demanda de conhecimentos produtivos pragmáticos, do ponto de vista

de técnicas particulares, onde a inteligência prática e o critério da utilidade tomam o lugar da reflexão e do critério da finalidade. Daí a perversão atual da pesquisa e do ensino, muito mais grave em países como o nosso, onde ainda é pequeno o apelo aos pensadores e filósofos, enquanto o afã de imitar o progresso material obtido alhures valoriza o saber instrumental. As ciências da produção (biológicas, naturais, exatas) estimuladas por uma ótica internacional, são consideradas como úteis, e as ciências humanas ficam relegadas como perfumaria. Quando isso se torna regra geral, as maiores universidades, no seu afã de ser internacionais, tornam-se as mais vulneráveis.

Num mundo comandado pela tecnociência, esse é o mais grave problema da universidade brasileira, quando uma "universidade de resultados", cada vez mais poderosa e arrogante, busca expulsar da elaboração dos princípios e dos postos de comando a "universidade da reflexão".

ção, permitindo aos políticos e administradores a escolha das soluções.

A propósito das relações exteriores, o *Estado*, em seu editorial de 22 de janeiro, propõe uma "construção concêntrica" cujo "ponto de convergência deveria ser o interesse nacional". A globalização não exclui a necessidade de planejar o futuro de cada nação, de modo que a sociedade mantenha as rédeas do seu destino. Isso inclui a preservação da unidade nacional, vista sob todos os aspectos, econômicos, sociais, culturais e políticos. Faz falta ao País um projeto nacional nascido de dentro.

A vontade de impôr a ferro e fogo um processo de globalização perversa, que agrava e expõe as fraturas latentes da nação, conduz os propagandistas da modernidade a qualquer preço a desencorajar um debate mais profundo sobre a realidade nacional e a natureza de nossa crise profunda.

■ Milton Santos é geógrafo e professor titular de Geografia Humana da Universidade de São Paulo

A universidade deve recolocar urgentemente seus pedaços, reencontrando sua perdida vontade de união, para ajudar o País a reencontrar seu destino. Questões como o desemprego, a exclusão, a explosão das periferias, a desigualdade racial e outras formas de fratura social dificilmente encontrarão soluções se a universidade não for capaz de diagnosticar a situação,